O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o atendimento à razoável duração do processo (CRFB, art. 5º, LXXVIII);

CONSIDERANDO que as audiências telepresenciais comprometem maior tempo do que as presenciais e exigem maior disponibilidade dos magistrados;

CONSIDERANDO a multiplicidade de designações necessárias em função de férias e outros afastamentos no período final de junho e no mês de julho/2020;

CONSIDERANDO que a demanda ocupou os Juízes Substitutos e também exigiu acúmulo por Titulares;

CONSIDERANDO que durante o período de pandemia devem ser prestigiados atos executórios que sirvam à efetivação da entrega de recursos aos jurisdicionados;

CONSIDERANDO que o Juiz Coordenador do CEPP revelou a possibilidade de bem atender à unidade e, cumulativamente, de modo excepcional, substituir em Vara do Trabalho no período remanescente de junho e em julho/2020; e

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 9º da Resolução CSJT GP nº 138/2014, e o contido nos artigos 3º, § 1º, III, b, 4º, § 2º, e 6º, § 1º, da Resolução n. 155/2015 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

R E S O L V E, ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno:

1. Alterar, no interesse da Administração, o período de férias do Excelentíssimo Senhor **Márcio Alexandre da Silva**, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Cassilândia e Coordenador do CEPP, anteriormente marcadas para 30.6.2020 a 19.7.2020 (2020-final), redesignando-as para fruição no interregno de 27.11.2020 a 16.12.2020, por estrita necessidade de serviço, nos termos do artigo 11, § 2º, I, da Resolução CNJ n. 253/2019 c/c o artigo 24, XXII, a, do Regimento Interno e o § 1º do artigo 1º da RA n. 34/2020 deste Tribunal.

2. Designar o i. Magistrado para substituir na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, no período de 30.6.2020 a 29.7.2020, em função das férias do Titular.

3. Designar o i. Magistrado para o exercício cumulativo de jurisdição, em virtude de

acumulação dos juízos do Centro de Execução e de Pesquisa Patrimonial e da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, no período de 30.6.2020 a 29.7.2020.

4. Não haverá pagamento de diária, considerando que não há previsão de deslocamento.

5. Dê-se ciência.

6. Junte-se aos autos do Processo Administrativo n. 21569/2019.

7. Encaminhe-se à Secretaria do Tribunal Pleno, para inclusão na pauta mais próxima.

8. Publique-se no Boletim Interno e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

Nicanor de Araújo Lima
Desembargador Presidente